

XII

PENSAR A DIVERSIDADE AMAZÔNICA NO ENSINO DE HISTÓRIA*

Duci Alves de Matos¹
Anselmo Alencar Colares²

Introdução

Protestos mundiais contra o desmatamento e as queimadas na Amazônia brasileira marcaram o início do ano de 2019 e, na sequência, uma série de acontecimentos mostraram que a região está sendo atingida por uma onda predatória alimentada nos discursos antiambientalistas e ultra conservadores que caracterizam o governo federal que deveria ser o principal responsável pela política de proteção. Conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) o mês de junho de 2020 apresentou os maiores focos dos últimos 13 anos, ao passo em que assistimos, atônitos, o sucateamento dos órgãos de fiscalização e de controle ambiental, a flexibilização de leis ambientais, o incentivo a grilagem e a apropriação das terras dos povos tradicionais. A Amazônia vista como uma fonte inesgotável de riquezas – como pensavam colonizadores ávidos por ouro e prata e seduzidos pelas descrições do paraíso – e como continuam a pensar os arautos do capitalismo.

Pensar a Amazônia na atualidade não é somente tratar das enormes riquezas naturais e culturais, é sobretudo refletir sobre as formas de apropriação e construções estereotipadas acerca da natureza e das socie-

*DOI - 10.29388/978-65-86678-45-1-0-f.287-306

¹ Mestranda em Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: duci_matos@hotmail.com

² Doutor em Educação. Professor Titular da Universidade Federal do Oeste do Pará. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação PPGE/UFOPA. Coordenador do Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia - Doutorado Acadêmico (Associação em Rede - Polo Santarém/UFOPA). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil HISTEDBR/UFOPA”. Presidente da Academia de Letras e Artes de Santarém (ALAS). E-mail: anselmo.colares@ufopa.edu.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1767-5640>

dades humanas aqui existentes. O espaço que concebemos como Amazônia foi e continua a ser alvo de uma acirrada e impiedosa apropriação, que consome seus recursos naturais, explora e ao mesmo tempo nega à existência e diversidade das suas sociedades humanas. Aqui a palavra negação está sendo empregada tanto com referência a humanidade que era negada aos indígenas, o que resultava no processo de catequização e exploração de sua mão de obra, quanto à invisibilidade atual dessa população frente as tomadas de decisões sem o estabelecimento de diálogos equitativos.

A forma como a Amazônia se configura na atualidade é fruto de processos que agiram sobre essa região moldando-a e definindo-a. É, no entanto, imperativo retirarmos à ingenuidade e percebemos que, longe de terem permanecido no passado, esses processos de ocupação, apropriação e destruição continuam a ocorrer no presente, mascarando-se por vezes sob formas e discursos de “investimentos” e “desenvolvimento” para a região. Em outras palavras: os problemas enfrentados hoje tem raízes em processos históricos, e também atuais. Faz-se necessário serem compreendidos se queremos a eles nos opor. A educação torna-se essencial para a compreensão e conseqüente luta, muito embora tenhamos ciência da sua limitação e do fato de que:

[...] a educação sozinha não é capaz de modificar a estrutura organizacional atual, ela é um dos mecanismos viáveis para auxiliar esse processo e nesse sentido é cada vez mais importante discutirmos sobre a maneira como ela está sendo desenvolvida, através de uma visão crítica, criando-se assim possibilidades de melhorias qualitativas (PESCARIA; COLARES, 2017, p. 10)

Se a educação, vista de forma ampla, e a educação escolar, em suas especificidades, não podem produzir as transformações almejadas na sociedade, que dirá uma disciplina que é tratada, de certa forma, como apêndice, periférica, não relevante par a formação que o modo de produção capitalista requer e que muitas vezes os próprios integrantes dos sistemas educacionais concebem. Mesmo assim, e por isso mesmo, faz-se necessário a reflexão e o apontamento de proposições gerais, não como

receitas, mas como indicações para que sejam problematizadas e (re)construídas coletivamente.

O texto que ora socializamos visa contribuir para a formulação de uma visão crítica da realidade amazônica por meio da disciplina de história, considerando suas limitações e possibilidades. Para isso traz inicialmente o debate sobre a visão da Amazônia enquanto como território construído historicamente. Em seguida apresentamos alguns aspectos gerais relativos a disciplina História e seus possíveis contributos para a construção de uma visão crítica sobre a realidade amazônica, o que implica na problematização da sua diversidade, abordada em outro item, e culminando com as apreciações quanto aos limites e possibilidades do ensino de história de maneira que possa oferecer contribuições efetivas para o pensar criticamente a Amazônia.

A região amazônica como alvo de discurso e apropriações

Embora não se trate de uma análise historiográfica sobre a formação territorial e humana da região, que hoje compreendemos como Amazônia, faz-se relevante uma rápida abordagem a alguns processos que sobre ela agiram, ressaltando às consequências destes para as organizações sociais, culturais e para a biodiversidade. Não se pretende aqui esgotar ou fazer uma análise mais aprofundada sobre o assunto, tendo em vista que essa seria uma tarefa desgastante, uma vez que são inúmeros os processos pelos quais a Amazônia vem sendo pensada e moldada até se configurar tal qual a conhecemos. Registre-se que estamos tratando da região geográfica estabelecida dentro do território brasileiro tal qual a compreendemos na atualidade, porém, considerando-se que esse território é fruto de processos históricos, que agiram tanto nas suas delimitações territoriais, quanto na construção de discursos e lugares para as formações humanas e sociais.

Ao abordar a história da Amazônia e sua trajetória de perdas e danos Violetta Refkalefsky Loureiro aponta para os mitos que caracteri-

zaram os discursos sobre essa região, bem como para as consequências destas construções, chamando atenção para o fato de que:

A viagem de Orellana inaugura [...] o ciclo dos mitos sobre a Amazônia. [...]construídos sobre a região pelo olhar e a alma do estrangeiro, a partir de uma visão da terra e da gente da Amazônia fundada no imaginário do homem de fora da região. Desde então, a Amazônia tem sido definida, interpretada, explorada, amada e mal-amada a partir do olhar, da expectativa e da vontade do outro (LOUREIRO, 2002, p.108)

“O outro” é o elemento externo que pensa e constrói as “verdades” sobre à Amazônia. Percebe-se a partir da fala de Loureiro que os mitos foram construídos desde os primeiros contatos dos estrangeiros com a região, mas engana-se quem pensa que ficaram circunscritos ao passado, são construções que se fazem presentes na atualidade. Seja em relação a riquezas inesgotáveis ou ao vazio demográfico com a negação das sociedades humanas aqui existentes, ou até às mais recentes construções como de celeiro do mundo e última fronteira agrícola, essas construções justificam-se e tem por finalidade à apropriação das riquezas da região e a legitimação da forma de dominação que vem sendo empreendida ao longo tempo.

Dois processos que merecem destaque, e que estão intimamente relacionados é a colonização do território que hoje se compreende por Amazônia, e a arregimentação da mão de obra indígena, indispensável nesse processo. Não obstante a não adaptação os indígenas sofreram com o massacre, e com as negações e imposições sobre sua cultura e sociedade, podendo ser percebido na atualidade na forma como esses indivíduos têm o direito às suas terras corrompidos bem como dos preconceitos que hoje se forma contra esses povos.

Outro processo a ser abordado é o *boom* da economia de látex na Amazônia entre 1870-1910 que enriqueceu os grandes comerciantes e exportadores, deixando porém um saldo negativo no desenvolvimento social e econômico da região uma vez que após a quebra da economia da

borracha os imigrantes e os despossuídos em geral “engrossaram o caldo” dos trabalhadores desempregados nas cidades.

Mais recentemente no século XX os grandes projetos intensificaram a exploração desordenada sobre essa região e seus recursos naturais.

Na segunda metade do século XX ocorreu a intensificação de projetos de exploração mineral, [...] indústria de manganês no Amapá, ou a extração diversificada de minerais no Sul e Sudeste do Pará. Com o crescimento da produção mineral e indústria madeireira, cresceu a necessidade de integrar a Amazônia ao restante do país, a partir de pontes, ferrovias e rodovias, visando a exportação dos minerais, produtos agropecuários e madeira. (SOUZA, 2018, p.27)

Por se tratar de um modelo baseado em exploração e comercialização de commodities, na prática acaba acontecendo justamente o inverso do que o discurso econômico prega, além de não haver um desenvolvimento econômico significativo que beneficie à população onde tais projetos se instauram, é visível a degradação ambiental e social associadas a tais projetos. Um exemplo mais recente de empreendimento na região, a usina hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu em Altamira Pará, deixou um saldo negativo tanto para biodiversidade quanto para à sociedade.

Na atualidade à exploração desmedida da terra na Amazônia, em atividades como pecuária, agricultura ou grandes construções e projetos, tem gerado grandes impactos ambientais e sociais para a região, uma vez que:

O atual modelo não levará ao desenvolvimento, porque os novos empreendimentos estão constituídos à base de *enclaves de produção de semi-elaborados para exportação*. Eles não se integram à economia da região e não produzem efeitos em cadeia, isto é, não induzem à instalação de novos empreendimentos decorrentes dos primeiros, porque visam, simplesmente, a exportação de bens num estágio primário ou de semi-elaborados. Se persistir por mais tempo ainda, o atual modelo apenas aumentará as desigualdades sociais, aprofundará os desequilíbrios regionais e levará à destruição enor-

mes estoques de recursos naturais que poderiam servir de real impulso ao desenvolvimento regional. (LOUREIRO, 2002, p.118, grifo do autor)

Assistimos a intensa extração (inclusive com o desperdício) dos recursos naturais, que não se traduz em ao menos algum tipo de melhoramento das mazelas sociais, ao contrário, contribui para acentuá-las. Diante desse cenário, faz necessário pensar o papel da educação e em especial a disciplina de história para a compreensão da realidade e das problemáticas na Amazônia, bem como entender as possibilidades de contribuir para a superação dos problemas que decorrem da ação humana. Considerando sempre as particularidades da região e objetivando a superação dos fatores que são determinantes para o aprofundamento das desigualdades sociais.

Dermeval Saviani chama a atenção para o fato de que o ensino deve partir da prática social onde estejamos inseridos. O professor imbuído de uma visão sintética deve ajudar os alunos na superação da visão sincrética e na busca de compreensão analítica fundamentada de onde estão inseridos.

[...] conhecer significa não apenas deter informações, mas compreender as relações, compreender as determinações que se ocultam sob as aparências dos fenômenos que se manifestam empiricamente à nossa percepção. Conhecer implica, então, captar o movimento que nos permite entender como nasceu essa sociedade, de onde ela surgiu, como se encontra estruturada, quais as contradições que a movem definindo as tendências de seu desenvolvimento e apontando para as possibilidades de sua transformação numa nova forma de ordem superior (SAVIANI, 2019, p.130).

Nesse sentido, a história enquanto disciplina ocupa um lugar privilegiado, pois no seu cerne, está também a busca pela construção de uma visão de criticidade da forma como a realidade se apresenta, percebendo sua complexidade e suas interligações com outras sociedades.

A disciplina História e seus contributos para a construção de uma visão crítica da realidade amazônica

Há um certo “mal estar” com relação aos conteúdos e a forma com que ainda hoje a história é tratada nas escolas. Fruto dos rumos tomados pelo ensino da disciplina desde sua implantação em fins do século XIX, buscando servir a determinados objetivos políticos, e tendo por método a memorização de datas e nomes de personalidades, com a repetição oral de textos escritos.

Foi em 1837, durante o período regencial, que ocorreu a implantação da História como disciplina escolar no colégio Pedro II. Neste mesmo ano iniciava suas atividades o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), responsável por construir a genealogia nacional, buscando uma identidade para a nação recentemente formada. O IHGB era o local de produção da História que seria difundida nas escolas secundárias pelos manuais didáticos. Naquele momento a nacionalidade era a grande questão posta à sociedade, e a elite se atribuía o direito de escolha do passado, visto como um caminho percorrido pela humanidade em direção ao progresso, em consonância com a visão positivista que se fazia hegemônica.

O IHGB disseminou um modelo de História nacional elaborado com a hierarquização de alguns fatos que deveriam ser os centros explicadores, em torno dos quais todo um conjunto de acontecimentos passava a ser referido. O descobrimento do Brasil e a sua independência, por exemplo, passaram a ser vistos como fatos e marcos fundadores da História do Brasil, contada a partir de 1500, ano da chegada dos europeus e em especial, do colonizador lusitano.

Segundo Kátia Abud, estas concepções nortearam os programas e currículos escolares até período bastante recente. A História linear, cronológica e eurocêntrica passou a ser ensinada nas escolas secundárias como um conhecimento pronto e acabado. Eis uma herança que não nos interessa. Ao contrário, se faz necessário desprezar e em seu lugar, construir um novo legado.

Com relação à Amazônia a educação de caráter escolar, pode nos levar a pensar e enxergar criticamente, tanto os processos de exploração aos quais essa região foi e continua sendo submetida e as implicações para a formação humana, quanto a construção de discursos, referentes à natureza, culturas e sociedades aqui existentes.

É necessário, porém, ter em vista que como um produto social à educação, na forma que se apresenta na sociedade atual, espelha e busca legitimar às forças que já se encontram no poder. Ao abordar a educação escolar na perspectiva da diversidade, Colares e Pescaria esclarecem que:

A história tem demonstrado que a educação escolar vincula-se aos modelos políticos e econômicos que tem servido às classes privilegiadas, de maneira que os processos de ensino e o próprio conhecimento não necessariamente correspondam às necessidades dos diversos grupos sociais, não contemplando, portanto, aprendizados que possibilitem um processo de cidadania, ou mesmo não trabalhando com a diversidade existente na sociedade (PESCARIA; COLARES, 2017, p.9)

A citação evidencia o fato de que a educação escolar é permeada de interesses e estratégias que visam a manutenção e perpetuação do *status quo* do grupo dominante, colocando empecilhos para uma formação ampla, crítica e criativa aos diversos grupos sociais. Diante do que foi dito e tendo em vista que enquanto disciplina escolar, a história encontra-se sujeita a mesma lógica e problemáticas, em se tratando da região amazônica, como o ensino de história pode contribuir para a superação das problemáticas presentes em sua realidade? Como contribuir para a formação de cidadãos críticos e conscientes dessa realidade, sem destoar dos pressupostos e objetivos que se esperam dessa disciplina?

Trataremos aqui de uma proposta para o ensino médio em razão da necessidade de delimitação, bem como da impossibilidade de se abordar toda a educação básica, nessa discussão, e também em razão do maior aprofundamento nos conteúdos na qual esse ciclo se pauta. Para o ensino médio o Parâmetro comum curricular nacional de história (1999), determina entre as competências e habilidades que os alunos de ensino

médio deverão desenvolver: “Estabelecer relações entre continuidade/permanência e ruptura/ transformação nos processos históricos”, “Posicionar-se diante de fatos presentes a partir da interpretação de suas relações com o passado”, “construir a identidade pessoal e social da dimensão histórica, a partir do reconhecimento do papel do indivíduo nos processos históricos simultaneamente como sujeitos e como produtos dos mesmos”, “Comparar problemáticas atuais e de outros momentos históricos” e “Posicionar-se diante dos fatos presentes a partir da interpretação de suas relações com o passado.

Ao tratar sobre os objetivos do ensino de história, para esse ciclo de ensino, Circe Maria Bittencourt (2008) aponta como contribuições desta disciplina para constituição de identidades, associada à formação da cidadania e mais especificamente ao cidadão político, a formação humanística de respeito pelas diferenças e a formação intelectual

[que] ocorre por intermédio de um compromisso com a criação de instrumentos cognitivos para o desenvolvimento de um “pensamento crítico”, o qual se constitui pelo desenvolvimento da capacidade de *observar e descrever, estabelecer relações entre presente -passado-presente, fazer comparações e identificar semelhanças e diferenças* entre a diversidade de acontecimentos no presente e no passado
BITTENCOURT, 2008, 122, grifo do autor)

Pode-se perceber a partir do que é colocado pelo PCN e na perspectiva apontada por Bittencourt, que o papel da disciplina de história é também voltado para a compreensão e atuação na realidade na qual as pessoas se encontram inseridas, muito embora o conhecimento e a análise de realidades distintas no tempo e no espaço é igualmente fundamental no ensino de história.

A história enquanto disciplina, tem enfrentado um duplo desafio, o de falta de uma análise crítica da realidade, e a rejeição por parte dos alunos. Considera-se aqui o segundo como tendo relação direta – mesmo que não seja de causa e efeito – com o primeiro. No entendimento de leigos, ministrar uma aula de História é algo muito simples, basta que o professor reproduza os conteúdos do livro didático e pronto [...]”

(ROCHA, 2004, p. 51). Percebe-se aí uma visão de simplificação do trabalho do professor, posto como um mero reprodutor de um conhecimento preestabelecido, pronto e acabado; portanto, perpassado de interesses, e a passividade dos alunos visto como repositório de informações, tendo por único objetivo decorar os assuntos de modo a reproduzi-los quando necessário.

O modelo tradicional tem-se caracterizado pela transmissão de conhecimentos apresentados ao aluno como verdades inquestionáveis[...]. Além disso, promove uma visão limitada do conhecimento, a formação de mentes acríticas e passivas, meros repositórios de fatos e informações fragmentadas, contribuindo para uma concepção também acrítica da sociedade que passa a ser aceita, também, como pronta e acabada, portanto, não passível de ser transformada (CRUZ, 2004, p. 75-76).

Ao negar uma visão crítica e reflexiva acerca da realidade na qual o aluno está inserido, a disciplina de história justifica em parte a fama de puramente decorativa, o que pode traduzir em grande aversão que muitos estudantes têm em relação a essa disciplina. Além da aversão dos estudantes, ao negar o papel de construção de uma visão crítica, a história assume a partir dessa perspectiva o caráter de reforço do que está sendo posto, das verdades e visões cristalizadas que em nada contribuem para se pensar de modo crítico.

Se o aluno desconhece a realidade e a forma como essa se constituiu, torna-se impossível pensar criticamente os problemas, e, nesse sentido, a busca da superação é ainda mais dificultada. Ao ter como foco os “grandes acontecimentos históricos” que por vezes são apresentados sem a contextualização e problematização com o período histórico em que ocorreram, ou mesmo sem a realização das devidas conexões com a forma de como a sociedade está estruturada, o ensino de história não cumpre com o papel de subsidiar a compreensão para uma ação transformadora.

Essa discussão é importante uma vez que percebemos haver sob certos aspectos, um sentimento de não pertencimento ao que concebemos como Amazônia. Esse é um fato relevante tendo em vista que, en-

quanto habitantes desta região, por vezes desconhecemos os processos históricos e as problemáticas atuais enfrentadas pela região da qual fazemos parte. Não se trata de culpar a disciplina, uma vez que a educação é permeada de interesses. Contudo, cabe apresentá-la como possibilidade de se pensar e problematizar a realidade na Amazônia. Tendo em vista que o ensino de história não pode reduzir-se a memorização de fatos, a informação detalhada de eventos, ao acúmulo de dados sobre as circunstâncias nas quais ocorreram. A história não é simplesmente um relato de fatos periféricos, não é o elogio de figuras ilustres. Ela não é um campo neutro, é um lugar de debate, e quase sempre de explicitar conflitos. É um campo de pesquisa e produção do saber que está longe de apontar para o consenso. Essas são algumas das grandes questões que devem orientar o ensino de História. Na perspectiva mais amplo de se pensar que pessoas desejamos formar: reprodutores de uma realidade predatória e geradora de desigualdades, ou agentes transformadores envolvidos na construção de uma sociedade qualitativamente superior, posicionando-se de maneira crítica, responsável e construtiva contra todas as formas de exploração que geram e aprofundam o fosso que separa as classes sociais.

Problematizando a diversidade amazônica no ensino de história

Pensar nas singularidades do contexto amazônico, implica associá-las aos aspectos gerais que estão presentes nas conjunturas nacional e mesmo internacional, uma vez que, como já apontado, essa é uma região que historicamente sofre interferências de fora, e, portanto, é exemplar do movimento da necessidade dessas articulações para as reflexões consistentes:

[...] o local não pode prescindir do regional, do nacional, e até mesmo do internacional. [...] há necessidade permanente de articular o singular e o universal para o melhor entendimento de nosso objeto de estudo. Não basta a presença do termo Amazônia para que em um texto sobre a educação, o referido fenômeno se apresente diferenciado do que ocorreu e vem ocorrendo em outras re-

giões do Brasil e do mundo. Mas, em utilizando-o, temos o dever de explicitar as singularidades, as questões específicas, sem reduzi-las a um rol descritivo de situações pitorescas (COLARES, 2011, p. 189).

O que está transcrito pode ser refletido na disciplina de história da seguinte forma, estando os eventos históricos relacionados a um contexto específico, faz-se necessário estudar dentro de tal contexto amplo, todavia, é imprescindível que se façam ligações e problematizações entre o que está sendo dado e a realidade onde o aluno está inserido. Nesse sentido, apresentando particularidades e singularidades do contexto amazônico, mas sem desconsiderar o todo, as discussões distantes no tempo e no espaço. A constituição da Amazônia e as problemáticas que essa região enfrenta na atualidade é resultado de processos nacionais amplos, que devem ser pensadas em conjunto, porém considerando suas especificidades. Assim:

Refletir sobre a Amazônia implica reconhecer a complexidade que se expressa na sua vasta territorialidade. Trata-se de um conceito construído, arbitrário, carregado de intencionalidades e de historicidade. O espaço geográfico amazônico passou e continua passando por diversas alterações, sendo que as mais significativas correspondem aos contextos de investida na busca de riquezas. A fauna e a flora, assim como a composição química do solo, do sub-solo, das águas e do ar, também se alterou e continua sendo alterada, e os estudos nestes campos mostram-nos que não há uma Amazônia “cristalizada”. O espaço amazônico está em construção (COLARES, 2011, p.189)

Cabe aqui destacar dois aspectos sobre a Amazônia. O primeiro diz respeito à formação do próprio conceito de Amazônia, enquanto uma construção histórica e política, que se encontra ainda hoje em permanente construção. Da floresta exuberante e de riquezas inesgotáveis, àquela que rouba humanidade e a civilização, até as mais recentes caracterizações como pulmão do mundo ou de última fronteira agrícola, a história da Amazônia é permeada de discursos e construções que visam legi-

timar a forma como às suas riquezas foram e continuam sendo expropriadas.

O segundo aspecto não menos importante é a invisibilidade da complexidade e singularidade das sociedades humanas aqui existentes, em uma visão que na maior parte das vezes tende a considerar a floresta em detrimento do elemento humano e suas complexas formações na região uma vez que:

[...] a composição humana amazônica é dinâmica, múltipla, e em vários aspectos, singular, e ainda pouco conhecida, especialmente se considerarmos a amplitude do território e as grandes irregularidades na presença humana. Há estudos significativos neste particular, em diversas áreas do conhecimento, mas não raro nos deparamos com análises nas quais a parte é tomada pelo todo, e a caracterização populacional de um “pedaço” da Amazônia é utilizada como expressão representativa da região comum todo. Nesse sentido, apontamos a necessidade de incluirmos a pluralidade humana amazônica e sua distribuição pelo vasto e diferenciado território da Região, para que possamos aplicar a expressão Amazônia.

A negação sobre a diversidade da composição humana na região é mais uma estratégia de dominação. Seja ela em relação a negação cultural e civilizacional, como aconteceu com indígenas cujas consequências são bastantes visíveis, ou em relação a presença histórica como no caso dos escravos negros, ou mesmo sobre o mito do vazio demográfico que justificaria a emigração. Essa negação chega até a atualidade sob a forma de exclusão das tomadas de decisão sobre o futuro da região.

Índios, negros (quilombolas) e caboclos têm sido considerados nos planos e nos projetos econômicos criados para a região como sendo portadores de uma cultura pobre, primitiva, tribal e, portanto, inferior. Assim, eles nada teriam a aportar de positivo ao processo de desenvolvimento. Com isso, esses grupos étnicos e sociais não têm sido priorizados nas políticas públicas para a região. Como consequência deste e de outros pressupostos e preconceitos do gênero, índios, negros e caboclos se tornaram “invisíveis” no conjunto das

políticas públicas. Não foram no passado, e continuam não sendo, ainda hoje, tratados como atores sociais importantes no processo das mudanças em curso (LOUREIRO, 2002, p. 114, grifo do autor).

As sociedades humanas existem e resistem na Amazônia e não podem ser pensadas dissociadas da história de ocupação de seu território. Todavia muitos discursos ainda dominantes ou bastante difundidos, separam os seres humanos da natureza onde habitam, como se possível pensar um sem o outro. Temos então uma Amazônia com suas enormes riquezas naturais e minerais, alvo de disputas em torno da exploração e proteção, e uma Amazônia das formações humanas quase sempre desconsideradas. Eis uma tarefa urgente para a educação, em geral, e em especial para o ensino de história.

Falar em educação escolar para a Amazônia significa incluir no diálogo as pessoas que se encontram em interação com a natureza. Portanto, não é algo que possa ser trabalhado enquanto uma receita a ser seguida, uma “fórmula” que possa resolver os problemas. Até porque a educação por si só é incapaz de quebrar as estruturas sociais opressas; para tal, uma mudança do sistema econômico e político se fazem necessárias. Desta forma, ao se falar em educação, deve-se considerar sempre todos os outros fatores que envolvem esse ato, sejam de natureza política, religiosa, econômica, cultural (PESCARIA; COLARES, 2017, p. 10).

Um grande desafio então se impõe aos professores da disciplina de história, tratar sobre as especificidades da Amazônia em suas formações humanas e naturais, considerando os processos que agiram e agem sobre essa região, considerando às suas interconexões com o nacional, sem deixar de cumprir a visão de conhecer e analisar às diferentes sociedades porém tornar o aluno crítico e conhecedor da qual está inserido.

Limitações e possibilidades do ensino de história para se pensar e problematizar a realidade na Amazônia

Tendo em vista às especificidades e singularidades da formação da Amazônia, uma problemática que se impõe é em relação aos fatos dos conteúdos de história já virem pré-determinados, não questiona-se a necessidade de se compreender como ocorrem (ou deixam de ocorrer) as interconexões do local com o regional, o nacional e o internacional; o ensino de história deveria levar o estudante a conhecer sociedades distintas e a problematizá-las.

O livro didático geralmente não objetiva tal propósito uma vez que está voltado para apresentar um panorama geral, quase uma paisagem, e com isso se torna um dos vilões para aqueles que o utilizam como único material didático. Suas abordagens sobre os períodos históricos nem sempre levam em consideração as especificidades das regiões onde serão aplicados. Como podemos enquanto professores ir de encontro à aplicação de um conhecimento que já vem predeterminado?

São múltiplas as respostas e elas passam pela revisão de temas e das formas como são trabalhados, de maneira que os estudos de história contribuam para que o estudante perceba a realidade como tendo sido produzida por uma determinada razão e no interior do movimento da história concreta que homens e mulheres constroem pelo trabalho, e mais importante, uma realidade que pode ser conservada ou alterada. Ou seja, é importante que a História seja entendida como o resultado da ação de diferentes grupos, setores ou classes de toda a sociedade. Perceber a história da humanidade como a história da produção de todos os homens e não como resultado da ação ou das ideias de alguns poucos.

Assim a História seria entendida como um processo social em que os seres humanos estejam inseridos como seres sociais em diferentes épocas, sendo fundamental que se estabeleça a relação do passado com o presente, isto é, que os estudos não se restrinjam apenas ao passado, mas sim que este seja entendido como chave para a compreensão do presente, que por sua vez melhor esclarece e ajuda a entender o passado. Aqui duas funções se evidenciam como básicas nos estudos da história: capa-

citar a entender a sociedade do passado e a aumentar o domínio da sociedade do presente.

Sob esse enfoque, não tem sentido um ensino de História que se restrinja a fatos e acontecimentos do passado sem estabelecer sua vinculação com a situação presente; como não têm sentido analisar os acontecimentos atuais sem buscar sua gênese e sem estabelecer sua relação com outros acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais ocorridos na sociedade como um todo. Não é possível, portanto, analisar fatos isolados. Para entender seu verdadeiro sentido é imprescindível remetê-los à situação socioeconômica, política e cultural da época em que foram produzidas, reconstituídas suas evoluções na totalidade mais ampla do social até a situação presente. Desta forma a escola poderá oferecer um ensino que possibilite o conhecimento da temporalidade das relações sociais, das relações políticas, das formas de produção econômica, das formas de produção da cultura, sob todos os seus aspectos.

Bittencourt (2008) caracteriza como currículo formal (ou pré ativo ou normativo) aquele onde o conhecimento apresenta-se em forma de conteúdo, que vem preestabelecido, onde o conhecimento a ensinar vem pré-determinado, nesse sentido uma construção política e técnica permeada de interesses, onde há a necessidade de adaptação para diferentes contextos. No entanto, o processo de transformação do currículo da esfera técnica política à prática pedagógica, exige a mediação dos professores, mesmo considerando que às ações destes, enquanto integrantes de uma cultura escolar sendo, portanto, sujeitos a cumprimentos de regras e planejamentos.

Os professores não decidem suas ações no vácuo, mas no contexto da realidade em um posto de trabalho, em uma instituição que tem normas de funcionamento as vezes estabelecidos pela administração[...] em outros por ocasião excessivamente determinados pela política curricular, pelo órgão de governo um centro ou uma simples tradição. (ACOSTA, 2013, p. 190)

Mesmo diante dessas condicionantes, é preciso ter ciência de que estes possuem autonomia para conduzirem suas aulas, essa autonomia se

torna maior ainda na medida em que esse profissional desenvolve seu trabalho em um ambiente que lhe permite estar a sós com seus alunos. Permitindo-lhes sem que fuja dos conteúdos propostos à abordagem de outras problemáticas, no caso do ensino de história pode-se ao se abordar uma questão nacional apontar e problematizar, de que forma essa questão se fez presente na Amazônia e quais as consequências para a atualidade.

Considerações finais

Como já explicitado o conhecimento que é produzido e destinado para à reprodução na escola, está transpassados de intencionalidades e interesses, todavia podemos nos utilizar dele e ajustá-lo buscando a percepção e superação dos problemas que se apresentam na realidade.

Pensar a educação enquanto resistência e superação das desigualdades que sustentam as forças capitalistas e os mecanismos utilizados por tal sistema para sua manutenção – como a escolarização fragmentada, pragmática, desenvolvida para criar mão de obra trabalhadora necessária ao mercado, apresenta-se como uma alternativa. Uma educação que valorize os conhecimentos historicamente produzidos e incentive uma visão crítica social, considerando as diversidades e diferenças existentes como questões a serem objetos de compreensão. (PESCARIA; COLARES, 2017, p. 12).

O ensino de história pode assumir o compromisso com a formação de uma cidadania crítica e voltada para a transformação qualitativa da realidade. É papel da disciplina de história levar o aluno a compreender as características gerais e específicas das diversas sociedades no tempo e no espaço, e, concomitantemente, problematizar as formas como as sociedades se configuram, mostrando que o passado se faz presente nas problemáticas atuais das sociedades e que novos processos continuam a agir sobre elas. De forma mais específica, com relação a Amazônia, compreender como que decisões de cunho econômico e político que são tomadas fora da região, afetarão não só a biodiversidade na fauna e flora

como também as sociedades aqui existentes. E, por fim, mas não menos importante, desenvolver o gosto pela análise dos acontecimentos e a descoberta das inúmeras possibilidades de se explorar a riqueza de informações que estão dispersas nas memórias das pessoas que são as construtoras da história, pelo trabalho, e pelas lutas em prol de direitos e da realização de sonhos.

Referências

ABUD, Kátia. Currículos de História e políticas públicas: os programas de História do Brasil na Escola Secundária. In: BITTENCOURT, Circe (Org). **O Saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2001.

ACOSTA, J. M. O currículo interpretado: o que as escolas, os professores e as professoras ensinam? In: SACRISTAN, J.G (org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.p. 188-208

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA, **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias**, Brasília, MEC/SE-MTEC, 1999.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. História nas atuais propostas curriculares. In: **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 99-132.

COLARES, Anselmo Alencar. **História da educação na Amazônia. Questões de natureza teórico-metodológicas: Críticas e proposições**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 187-202, out2011.

CRUZ, Marília Beatriz de Azevedo. O ensino de História no contexto das transições paradigmáticas da História e da Educação. In: NIKITIUK. Sônia L. (Org). **Repensando O Ensino de História**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2004. P. 73-83.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir**. Estudos avançados 16 45, 2002

PESCARIA, Carolina Whitaker; COLARES, Anselmo Alencar. Educação escolar a partir da perspectiva da diversidade. In: COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa, et al (org.). **Educação e Realidade Amazônica**, V.2. 2017. p.9-21.

ROCHA. Ubiratan. Reconstruindo a História a partir do imaginário do aluno. In: NIKITIUK, Sônia L (org.). **Repensando O Ensino De História**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2004. P. 51-7

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica, quadragésimo ano: novas aproximações**. Campinas, SP: Autores associados, 2019.

SOUZA. César Martins de. **A região dos desejos e das aventuras: diálogos sobre os grandes projetos de integração e desenvolvimento na Amazônia nos séculos XIX e XX**. CADERNOS CEON SAÚDE E MEIO AMBIENTE. V. 31 N48 2018.

